

EUROPA



Editorial O TRATADO DE LISBOA

Edite Estrela *

No dia 20 de Fevereiro, o Parlamento Europeu (PE) aprovou o relatório de Richard Corbett (deputado socialista inglês) e de Íñigo Méndez de Vigo (deputado espanhol do Partido Popular) sobre "o Tratado de Lisboa". A esmagadora maioria dos deputados (525) votou a favor do documento, 29 abstiveram-se e 115, membros de grupos de extrema-esquerda e de extrema-direita (os chamados eurocéticos), votaram contra. Resultado que foi aclamado de pé.

Mais uma etapa vencida, mas outras, mais difíceis estão certas, se vão seguir até que o processo de ratificação esteja concluído. Dos vinte e sete Estados-Membros, cinco já ratificaram o Tratado de Lisboa pela via parlamentar. Tudo leva a crer que só na Irlanda a ratificação será por referendo. Não por opção, mas por imperativo constitucional.

Sendo tão legítima e democrática uma via como a outra, a via parlamentar tem a vantagem de ser mais rápida, o que neste caso conta muito, uma vez que os prazos são apertados.

Agora, seguindo o exemplo da Hungria, da Roménia, da França, da Eslovénia e de Malta, é necessário que os restantes procedam à urgente ratificação do novo tratado, para que seja possível cumprir a data prevista de entrada em vigor, 1 de Janeiro de 2009, antes das próximas eleições europeias (em meados de Junho do próximo ano), permitindo que os cidadãos votem "no pleno conhecimento do novo quadro institucional" da União Europeia (UE).

Muito se tem falado, com e sem propriedade, do Tratado de Lisboa. Os detractores do projecto europeu, e que por isso são contra todos os tratados, dizem que é "imperfeito"; que é igual ao malogrado Tratado Constitucional; que não salvaguarda os direitos dos cidadãos nem a Europa social, etc. Como não há tratados perfeitos e para trás ficou o Tratado Constitucional e vingou o Tratado Reformador, interessa apenas referir que com o Tratado de Lisboa há um reforço da democracia e da Europa social. O PE ganha mais poderes – elege o Presidente da Comissão mediante proposta do Conselho; pode demitir a Comissão; passa a ser co-legislador em pé de igualdade com o Conselho relativamente a 95% da legislação europeia – e os Parlamentos nacionais vêm reforçados os seus dispositivos de controlo da aplicação do princípio de subsidiariedade. Mais democracia representativa, portanto.

Mas a democracia participativa é também reforçada, designadamente, através do direito de iniciativa dos cidadãos, que permite a um milhão de cidadãos de diferentes Estados-Membros solicitar à Comissão que tome uma iniciativa num domínio específico. Mais democracia e mais cidadania também.

A Carta dos Direitos Fundamentais é juridicamente vinculativa. É uma espécie de catálogo dos direitos de que todos os cidadãos podem beneficiar. Contém seis capítulos, cujas designações são bem elucidativas quanto aos seus objectivos: dignidade, liberdades, igualdade, solidariedade, cidadania, justiça. Defende os cidadãos em geral, mas também os trabalhadores.

Acresce que o novo tratado também reforça a coesão social. Por exemplo, a "cláusula social" obriga a que todas as questões sociais (emprego, protecção social, luta contra pobreza, etc.) sejam tidas em conta na definição e aplicação de todas as políticas. Este é um avanço considerável. Pode-se dizer que o Tratado de Lisboa coloca os cidadãos no centro do projecto europeu. Como deve ser.

*Presidente da Delegação Portuguesa no PE

PARLAMENTO EUROPEU PRONUNCIAR-SE FAVORAVELMENTE AO TRATADO DE LISBOA

O Parlamento Europeu pronunciou-se favoravelmente ao Tratado de Lisboa ao aprovar por ampla maioria o respectivo relatório na sessão plenária de Fevereiro, fazendo um apelo a todos os Estados-membros para o ratificarem "a tempo da respectiva entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2009", permitindo assim que os cidadãos votem nas eleições europeias de Junho já com um "pleno conhecimento do novo quadro institucional da União Europeia". O Tratado foi aprovado com 525 votos a favor, 115 contra e 29 abstenções.

De acordo com o relatório aprovado, o Tratado de Lisboa representa uma melhoria substancial em relação aos actuais tratados, entre outras coisas porque estabelece uma maior intervenção do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais, tornando mais democrático o processo decisório, melhora a eficácia do funcionamento das instituições comunitárias, adaptando-as às novas circunstâncias de uma União alargada e aos desafios globais e reforça os direitos dos cidadãos, através da Carta dos Direitos Fundamentais, que passa a ser vinculativa.

Além dos representantes de todas as instituições comunitárias e dos grupos políticos no Parlamento Europeu, destaque para a intervenção dos deputados socialistas portugueses, designadamente de Edite Estrela, presidente da delegação portuguesa, Manuel dos Santos, vice-presidente do PE e de Sérgio Sousa Pinto, membro da Comissão dos Assuntos Constitucionais.

"A presidência portuguesa teve a missão histórica de transformar um mandato num Tratado, o Tratado de Lisboa, que o Parlamento português ratificará no próximo mês de Abril. O novo Tratado não é um remédio para todos os males da União, mas representa uma mais-valia para a democracia", afirmou, tendo também salientado alguns dos aspectos mais importantes do novo quadro institucional da União.

Por sua vez, Manuel dos Santos afirmou que a ratificação do Tratado marcará o início de uma nova fase da integração europeia. "Ao aprovar o Tratado, o Parlamento Europeu cumpriu plenamente a sua parte no processo e estimula, agora, os Estados-membros a cumprirem a sua", disse.

Para Sérgio Sousa Pinto "o novo Tratado reforça consideravelmente a capacidade de acção da UE, aumen-



O Tratado de Lisboa foi assinado pelos 27 Estados-membros da UE no Mosteiro dos Jerónimos, em 13 de Dezembro

tando a eficácia das suas instituições e dos mecanismos de tomada de decisão. Criará condições para que a União possa fazer face aos enormes desafios que se lhe colocam: emprego, competitividade dos diferentes sectores da economia, manutenção do modelo social europeu, alterações climáticas, segurança energética, criminalidade internacional, asilo e imigração".

INOVAÇÕES NO TRATADO

O Tratado de Lisboa traz uma maior responsabilidade democrática para a União e para os seus Estados-membros, na medida em que alarga para a quase totalidade dos temas o processo de co-decisão, tendo por isso as tomadas de decisão uma dupla legitimidade: por um lado, têm de ser aprovadas pelo Conselho, composto pelos ministros que respondem perante os respectivos parlamentos nacionais, e pelo Parlamento Europeu, eleito directamente pelos povos da União Europeia.

Será reforçado também o controlo prévio da legislação europeia pelos parlamentos nacionais, na medida em que passarão a receber todas as propostas legislativas, podendo inclusivamente requerer a sua apreciação.

A União terá maior eficácia no seu funcionamento, não só devido à quase generalização do processo de co-decisão, mas também porque as presidências da União terão uma maior coerência no seu trabalho, através do

papel que passará a desempenhar o Presidente do Conselho Europeu, eleito por dois anos e meio. Também a acção externa da União Europeia terá maior coerência e eficácia, através da criação do Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

Igualmente relevante no Tratado de Lisboa será o carácter juridicamente vinculativo da Carta dos Direitos Fundamentais, e o reforço das políticas que beneficiam os cidadãos. No relatório do Parlamento Europeu lê-se a este propósito que o Tratado de Lisboa "dá maior ênfase às políticas que beneficiam os cidadãos através de novas disposições de aplicação geral relativas à promoção de um elevado nível de emprego, à garantia de adequada protecção social, ao combate à exclusão social, a um elevado nível de educação, formação e saúde, à eliminação de todos os tipos de discriminação e à promoção da igualdade entre mulheres e homens; novas disposições reforçam a promoção do desenvolvimento sustentável e a protecção do ambiente".

Refira-se, por último, dois aspectos bastante relevantes: é consagrada pela primeira vez a possibilidade de um Estado-membro abandonar a União Europeia e é introduzido o direito de iniciativa dos cidadãos, que poderão apresentar, mediante um milhão de assinaturas, um pedido à Comissão Europeia para legislar em determinadas áreas.

Visto de Portugal

O KOSOVO, A UNIÃO EUROPEIA E O TRATADO DE LISBOA



RENATO SAMPAIO
Deputado

A decisão do Governo do Kosovo de declarar unilateralmente a sua independência vem colocar um conjunto de questões na política internacional, e em especial à União Europeia, que vão ter repercussões inimagináveis na próxima década e que a todos nos deve preocupar.

Sendo que os mais inquietantes são o recrudescimento dos nacionalismos separatistas em vários países da Europa e em muitos pontos do globo, que dificilmente a diplomacia poderá conter e a possibilidade de aí se instalarem bases do terrorismo internacional e/ou plataformas de tráficos de toda a ordem, uma vez que o Kosovo é um país maioritariamente muçulmano e a sua situação geográfica assim o permite.

É em cima desta realidade que a decisão unilateral do Kosovo terá consequências imprevisíveis e influenciará de forma decisiva e negativa a paz e o equilíbrio político nos Balcãs, tornando esta região já de si de precária estabilidade, numa zona de risco e de confrontos étnicos e religiosos, por muito que os dirigentes políticos declarem que o Kosovo é uma nação laica e multiétnica.

A Rússia, membro do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com direito de veto, não se conforma e considera a declaração de independência do Kosovo uma violação da soberania Sérvia e coloca em causa a Carta das Nações Unidas e a resolução 1244 do Conselho de Segurança.

O outro membro do Conselho de Segurança com direito de veto - a China - com o seu problema de Taiwan, cujas relações políticas e diplomáticas entre a ilha e o continente vivem hoje um dos seus momentos mais tensos, não pode reconhecer o novo Estado, até porque tem um problema acrescido, a possibilidade do Governo do Kosovo estabelecer relações diplomáticas com Taiwan.

Está assim a ONU confrontada com uma situação de divisões internas no Conselho de Segurança e que será um teste decisivo à sua credibilidade.

Mas é a União Europeia que perante este facto tem um papel decisivo a desempenhar, uma vez que o Kosovo se situa no espaço geopolítico da Europa, ao mesmo tempo que tem uma equação de difícil resolução, pelas divisões internas e com três posições aparentemente inconciliáveis.

Os grandes Estados-membros da UE (Alemanha, França, Reino Unido e Itália) já manifestaram a sua intenção em reconhecer o Kosovo, uma larga maioria de Estados-membros parece disposta a reconhecer o novo Estado, mas em momento oportuno. É neste lote que se situa Portugal.

Por último, existem seis países (Chipre, Espanha, Bulgária, Grécia, Roménia e Eslováquia) que não o vão fazer desde já, nem se sabendo se o farão algum dia, uma vez que receiam que isso encoraje movimentos nacionalistas separatistas nos seus próprios territórios.

Assim, nunca como hoje, era tão necessário que a Europa tivesse uma posição concertada e comum, e pudesse apresentar-se na cena internacional como uma verdadeira potência capaz de desempenhar cabalmente o seu papel no mundo que a história lhe confere.

É neste quadro que se torna mais evidente a importância da UE ter uma política externa e de segurança comum, que o Tratado de Lisboa lhe confere, e por isso, a urgência da sua ratificação pelos Estados-membros para que possa entrar em vigor em tempo útil e no prazo previsto.

INTEGRAÇÃO REGIONAL FUNDAMENTAL PARA PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

A experiência daquilo que é hoje a União Europeia demonstra que os funcionários constituem os alicerces do êxito dessa aventura que é a integração regional, afirmou o deputado Sérgio Sousa Pinto, presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as relações com o Mercosul, ao presidir ao encerramento do seminário que se realizou em Bruxelas para funcionários do Parlamento do Mercosul sobre o funcionamento do Parlamento Europeu.

Sérgio Sousa Pinto, que defendeu a importância do trabalho dos funcionários do Parlamento do Mercosul para o processo de integração regional, realçou os valores comuns que unem os europeus ao mundo ibero-americano, muito particularmente "uma visão partilhada de uma ordem internacional fundada na regulação democrática, no direito internacional e no primado dos direitos fundamentais".

Para o deputado, "os europeus precisam da Ibero-América e do seu grande instrumento, o Mercosul, para o seu objectivo de construção de uma ordem internacional mais equilibrada e multilateral".

O deputado enalteceu o contributo do Mercosul para a consolidação democrática na região e o crescimento do volume das trocas comerciais dentro deste bloco e considerou importante que o acordo de associação entre a União Europeia e o Mercosul não se limite às questões comerciais. Sousa Pinto manifestou preocupação com



Sérgio Sousa Pinto fez o encerramento de um seminário para funcionários do Parlamento de Mercosul

alguns sinais contraditórios enviados pelo Mercosul e alguma apreensão em relação à integração da Venezuela naquele bloco.

O deputado congratulou-se com a criação do Parlamento do Mercosul que, uma vez eleito por sufrágio directo e universal, "ver-se-á em posição de contribuir com um forte impulso ao projecto de crescimento, desenvolvimento e progresso que o Mercosul representa". O Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai foram os países fundadores do Mercosul, através do Tratado de Assunção, assinado em 1991, tendo aderido mais tarde a Venezuela, em 1996. Com o Protocolo de Ouro Preto, assinado em Dezembro de

1994, foi criada a estrutura institucional do Mercosul e adoptados os instrumentos fundamentais de política comercial comum que regem a zona de livre comércio e a união aduaneira que hoje caracterizam aquele bloco regional.

Os quatro países fundadores mais o Chile e a Bolívia assinaram em 1998 o "Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático", através do qual reconhecem que o bom funcionamento das instituições democráticas é a condição indispensável para o processo de integração regional.

A Bolívia, Chile, Peru, Colômbia e Equador são membros associados do Mercosul. O México tem o estatuto de observador.

GARANTIR UNIVERSALIDADE NOS SERVIÇOS POSTAIS

"A liberalização do mercado de serviços postais, ainda está longe de conseguir criar um mercado competitivo, onde os maiores ganhadores venham a ser os consumidores e as empresas", afirmou o deputado Emanuel Jardim Fernandes na sessão plenária de Estrasburgo, na qualidade de membro da Comissão dos Transportes e do Turismo do Parlamento Europeu.

O deputado interveio no âmbito da discussão sobre a liberalização dos serviços postais, salientando o valor social e económico que lhes está associado, gerador de mais de 5 milhões de postos de trabalho em 2002 e com receitas que ascendem a 0,9 % do PIB da União Europeia.

Na sua intervenção, Jardim Fernandes defendeu a posição afirmada no relatório, destacando sobretudo a necessidade de garantir a universalidade do serviço e a criação de um fundo de compensação, bem como o compromisso de abertura do serviço de provisão postal até 50 gramas, em 2010 ou, em casos especiais, como nos novos Estados-Membros e nos que têm regiões ultraperiféricas, até 31 de Dezembro de 2012. Ainda sobre estes países, designadamente Portugal, Jardim Fernandes congratulou-se com as disposições especiais inscritas, salientando, no entanto, que estas poderão não ser suficientes e que, se for esse o caso, obrigarão a medidas suplementares. Ao nível do emprego, Jardim Fernandes salientou o aditamento introduzido no texto final, visando a obrigatoriedade da apresentação de um relatório sobre a evolução global do emprego no sector, as condições laborais aplicadas por todos os operadores no interior de um Estado-Membro e eventuais medidas.

DEPUTADOS EUROPEUS VISITAM PALESTINA

Recolher o máximo de informação sobre o processo de paz israelo-árabe e favorecer o diálogo entre os vários interlocutores no sentido de se encontrar uma solução viável para a região, foram os principais objectivos da visita de uma delegação do Parlamento Europeu a Gaza, Ramala e Tel Aviv, no início de Fevereiro, da qual fez parte a deputada Jamila Madeira.

Os deputados tiveram encontros com o primeiro-ministro palestiano, Salam Fayyad, com o Conselho Legislativo Palestino e com deputados do Parlamento de Israel e ainda com diversas entidades locais e organizações não governamentais.

Jamila Madeira sublinha a importância desta visita aos territórios ocupados da Palestina e a Israel, "numa altura em que Gaza vive momentos difíceis de bloqueio total por parte de Israel e em que a fronteira de Rafa com o Egipto foi temporariamente aberta por motivos humanitários".

Recentemente, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução em que considerava que a crise humanitária em Gaza tinha atingido "um nível catastrófico". Nessa resolução, o Parlamento Europeu exorta Israel a cumprir as suas obrigações internacionais no quadro das convenções de Genebra, no sentido de garantir o fornecimento de ajuda humanitária e serviços essenciais como a electricidade e os combustíveis à Faixa de Gaza.

A resolução apelava também a Israel para assegurar a livre circulação de pessoas e mercadorias em Rafa e em Karni e ainda a garantir o fluxo de recursos financeiros para a Faixa de Gaza, que foi suspenso em 25 de Setembro do ano passado, dado o seu impacto na vida económica e social dos palestinianos.

"Se há uns meses tínhamos uma verdadeira prisão a céu aberto, temos a acrescentar a isso as mortes diárias, a fome, o medo, o poder das armas a condicionar, dentro e fora dos muros, a vida de milhares de civis", afirmou Jamila Madeira no debate sobre a referida resolução.

EUROPA REFORÇA COOPERAÇÃO EM CRISES PROVOCADAS POR ATENTADOS TERRORISTAS

O plenário do Parlamento Europeu aprovou, em Bruxelas, o relatório do deputado Armando França, que defende o reforço da cooperação e da articulação de unidades especiais de intervenção entre Estados-Membros da União Europeia em situações de crise causadas pelo homem.

O relatório, aprovado por uma larga maioria de 558 votos a favor, apresenta várias emendas a uma proposta de decisão do Conselho, sugerida pela Áustria, que prevê a melhoria da cooperação entre as unidades especiais de intervenção dos vinte e sete Estados-membros em situações de crise provocadas por mão humana, como, por exemplo, situações de natureza terrorista e que representem uma ameaça física, grave e directa para pessoas ou instituições.

Trata-se de estabelecer as regras e condições que permitem às unidades especiais de intervenção de um Estado-Membro prestar assistência e/ou actuar no território de outro Estado-Membro, a pedido deste último. O deputado sublinha que a cooperação nesta área não abrange manifestações de massa, catástrofes naturais, ou acidentes gra-



O relatório de Armando França foi aprovado por larga maioria no Parlamento Europeu

ves, antes complementa as disposições previstas no Tratado de Prüm, que prevê formas de assistência policial entre Estados-Membros por meio de unidades especiais de intervenção "em situações de crise ou atentados terroristas desencadeados por causas humanas, que apresentem uma ameaça física grave e directa para pessoas, bens, infra-estruturas ou instituições, em particular, a tomada de reféns, o desvio de aviões e acontecimentos afins".

A existência deste quadro jurídico

que define as autoridades competentes permitirá assim reagir rapidamente e ganhar tempo em caso de ocorrência de uma situação de crise deste género, e aumentar a eficácia das acções. O relatório propõe ainda, "por um lado, a possibilidade de haver formação e exercícios conjuntos; por outro lado, que essa formação

e exercícios possam ser financiados pelo orçamento da União Europeia". Refira-se que, na sequência dos atentados de 11 de Setembro de 2001, as unidades especiais de intervenção de todas as autoridades responsáveis pela aplicação da lei dos Estados-membros já iniciaram actividades de cooperação sob a égide do Grupo Operacional dos Chefes de Polícia. Desde 2001, essa rede, designada "Atlas", organizou diversos seminários, estudos e exercícios conjuntos.

LANÇADA PLATAFORMA PARA A PROTECÇÃO CIVIL

Uma plataforma europeia de diálogo no domínio da protecção civil, foi lançada em Bruxelas, em meados de Fevereiro, numa iniciativa promovida pelo deputado Paulo Casaca.

A iniciativa, sustentada por um manifesto proposto conjuntamente com outros deputados, tem por objectivo a criação no Parlamento Europeu de um canal de comunicação entre os vários agentes do sector da protecção civil, para esclarecer e informar os parlamentares para as necessidades sentidas no terreno. Esta plataforma de diálogo visa manter os deputados europeus informados sobre a situação da Protecção Civil na Europa, facilitando a sua acção em matéria de análise de legislação que, directa ou indirectamente, possa surtir impacto, por exemplo, ao nível de planos de contingência.

A Plataforma compromete-se a organizar pelo menos três eventos anuais



Paulo Casaca foi um dos principais promotores do lançamento da Plataforma para a Protecção Civil Europeia

que proporcionem acções de reflexão sobre as mais diversas preocupações interpostas ao nível da Comissão, Estados-Membros e respectivos agentes. Saliente-se que a responsabilidade europeia no domínio da segurança das populações tem sido um assunto que Paulo Casaca tem acompanhado

de muito perto desde 1999, altura em que iniciou as funções de deputado europeu.

Recentemente, o deputado viu consagrada, no orçamento comunitário de 2008, uma proposta sua, apoiada pelo Grupo do PSE, de dotar a Comissão Europeia dos meios necessários para que seja equacionada e avaliada a possibilidade de criação de uma Força Europeia de Protecção Civil. Recorde-se também que, em Setembro do ano passado, Paulo Casaca reuniu com Michel Barnier, Ministro da Agricultura e Pescas do Governo Francês, para discutir a criação de uma Força Europeia de Protecção Civil, na sequência do estudo detalhado produzido pelo ex-Comissário em que este considerou que "geograficamente as regiões ultraperiféricas são um importante activo para a União Europeia no que se refere à resposta em situação de crise".

Visto de Bruxelas

PORTUGAL HOJE



Jamila Madeira
Deputada Europeia

Portugal visto da Europa é, evidentemente, um país diferente de 2005. Hoje, com orgulho, ostentamos na lapela mais um emblema particularmente relevante para a Europa, o Tratado de Lisboa.

Depois de na nossa anterior Presidência termos desenhado os caminhos cruciais para o futuro da UE, com a Estratégia de Lisboa, e de esta «Lisbonização» estar em curso, desatámos agora mais um nó com que a UE estava confrontada. Tratavam-se ambos de bloqueios difíceis, que poucos ou nenhuns viam em Portugal capacidade para ultrapassar. Superámos por isso mesmo as expectativas e, claramente, mais do que cumprimos o que nos foi pedido.

Também ao nível nacional têm sido enormes os desafios que Portugal teve que enfrentar desde 2005. Herdámos uma situação financeira desastrosa, com um défice de mais do dobro do autorizado e tivemos a coragem de o assumir. Vivemos desde então uma pressão extrema com o aumento da instabilidade mundial que fez disparar os preços do petróleo a um ponto inimaginável, o que provocou a escalada das taxas de juro. Associado a tudo isto, fomos confrontados com uma urgente necessidade de reformas que correspondessem aos objectivos de dinamização da economia e de definição de estratégias competitivas para o nosso país.

Perante estes gigantescos desafios, apesar dos muitos "velhos do Restelo" que não acreditam na nossa capacidade de nos reinventarmos, os portugueses têm demonstrado que são portadores da bonança e que bons ventos voltarão a soprar.

Já este ano, o objectivo do défice será cumprido e os primeiros sinais de confiança chegam com o retorno do nosso país a uma posição de convergência económica com a UE. Em 2007, o PIB português cresceu 1,9%, o maior crescimento verificado desde 2001. Crescemos acima de todas as previsões formuladas, mesmo das projecções do governo. Mas as pessoas não são números e isto é muito importante para os socialistas. Por isso, é preciso conseguir que estes sinais positivos se reflectam na vida das pessoas e estas sintam que, com o seu esforço, têm um efectivo retorno no aumento da sua qualidade de vida e das suas perspectivas de futuro.

2008 é crucial pois é o ano no qual o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) vai dar um efectivo ar de sua graça no terreno, junto das populações, dado que até aqui apenas estivemos a estruturar os respectivos projectos e candidaturas. Os próximos anos são um grande desafio e, com este enorme pacote financeiro, em que muito poucos acreditavam, vamos continuar a mudar a face do nosso país, colocando-o na senda dos países mais desenvolvidos e competitivos e, naturalmente, relançá-lo-emos no mundo globalizado onde já muitas das nossas empresas têm conseguido vingar.

É certo que ainda não é tudo. É evidente que os sacrifícios por que os cidadãos têm passado são enormes. Todavia, as novas políticas sociais comprovam que houve sempre a preocupação de proteger os mais fracos, mesmo que, ainda assim, não estejamos satisfeitos com o apoio concedido e muito trabalho reste por fazer. O importante é que todos juntos, sem deixarmos ninguém para trás, continuemos o bom trabalho e, contra os velhos do Restelo, voltemos a liderar.

CONTACTOS DOS DEPUTADOS:

www.partido-socialista.net/pspe - Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

Edite Estrela - Presidente da Delegação Socialista; Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar; Alterações Climáticas

Ana Gomes - Assuntos Externos; Segurança e Defesa (vice-presidente); Desenvolvimento; Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros

Capoulas Santos - Agricultura; Pescas; Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar; Alterações Climáticas

Elisa Ferreira - Assuntos Económicos e Monetários; Comércio Internacional

Emanuel Jardim Fernandes - Transportes e Turismo; Desenvolvimento Regional; Pescas

Francisco Assis - Comércio Internacional; Assuntos Externos; Direitos do Homem

Jamila Madeira - Desenvolvimento Regional; Emprego e Assuntos Sociais

Joel Hasse Ferreira - Emprego e dos Assuntos Sociais; Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores

Manuel dos Santos - Assuntos Económicos e Monetários; Indústria, Investigação e Energia

Paulo Casaca - Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Orçamentos; Pescas

Sérgio Sousa Pinto - Assuntos Constitucionais; Cultura e Educação

Armando França - Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos; Transportes e Turismo

ENDEREÇOS ÚTEIS

www.socialistgroup.org - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu

www.pes.org - Página do Partido Socialista Europeu

www.socialistinternational.org - Página da Internacional Socialista

www.ps.pt - Página do Partido Socialista

www.europarl.eu.int - Página do Parlamento Europeu

www.europa.eu.int - Portal da União Europeia

FICHA TÉCNICA

Edição Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu
Editor Paulo Pisco **Layout e Paginação** Gabinete de Comunicação do PS **Periodicidade** Mensal **Tel.** 213 822 000 **Fax.** 213 822 023 **Email** pisco@ps.pt **Endereço** Acção Socialista – Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa

EUROSÍNTESE

APROVADAS LINHAS PARA ESTRATÉGIA DE LISBOA

O Parlamento Europeu aprovou as linhas orientadoras da Estratégia de Lisboa até 2010, preparando assim a discussão sobre o tema que terá lugar no Conselho Europeu da Primavera. Neste debate interveio a deputada Elisa Ferreira, que participou activamente na proposta apresentada e a considerou fundamental num período de turbulência financeira internacional em que a Europa joga a sua posição de liderança política. A deputada defendeu uma melhor coordenação entre as políticas económicas, um orçamento comunitário mais forte, uma política de coesão mais exigente que não se preocupe apenas com as infra-estruturas mas também com as novas prioridades da qualificação e uma visão da Europa como um parceiro global, que não olhe apenas para o seu mercado interno.

REDE EUROPEIA PARA A INCLUSÃO

A Rede Europeia para a Inclusão, promovida pela União Nacional dos Centros Municipais de Acção Social de França, foi lançada no passado mês de Fevereiro com a participação do deputado Joel Hasse Ferreira. Esta organização representa cerca de 3500 centros de acção social que desenvolvem a sua acção a nível municipal e local, tendo trabalhado desde 2004 para a criação de uma rede a nível europeu no sentido de criar uma Europa mais solidária e mais próxima dos cidadãos, nomeadamente na habitação social e em outros serviços sociais. Hasse Ferreira interveio no painel relativo aos Serviços Sociais de Interesse Geral. Ainda em França, o deputado participou também numa conferência para apresentação do livro, com um prefácio seu, "Os Serviços Sociais de Interesse Geral no âmbito do mercado interno para o século XXI".

MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA ADUANEIRO

A importância do processo de modernização do sistema aduaneiro europeu, de forma a facilitar o comércio, aumentando a competitividade das empresas e a segurança dos cidadãos, foi realçada pelo deputado Francisco Assis, na Comissão do Comércio Internacional. O deputado, que é responsável do Grupo Socialista por este tema, afirmou a necessidade de ser incrementada a harmonização da legislação e das práticas entre os vários Estados-membros, devendo colocar-se a questão de uma hipotética transferência de responsabilidades para instâncias comunitárias, podendo mesmo pensar-se na criação de uma Agência Europeia para o sector.

APROXIMAR CUBA DA EUROPA

"A América Latina deve ser uma escolha estratégica para a Europa e, nessa escolha, Cuba representa um papel essencial", afirmou o deputado Manuel dos Santos durante a sua visita à ilha, integrando uma delegação do Parlamento Europeu. Durante a visita foram efectuados diversos contactos com representantes do Governo, da Assembleia Parlamentar, do Partido Comunista, dos meios científicos e da sociedade civil. Manuel dos Santos teve oportunidade de discutir a situação política cubana, a reforma da economia, a posição deste país na cena internacional e a questão dos Direitos Humanos. O deputado convidou o presidente da Comissão dos Assuntos Económicos da Assembleia Nacional, Osvaldo Martinez, ex-ministro da Economia e responsável pela criação do original sistema monetário cubano, para realizar uma conferência em Bruxelas sobre política económica.

DEPUTADOS NA COLÓMBIA

Uma delegação de deputados do Parlamento Europeu, da qual fez parte Armando França, esteve em Pasto, na Colômbia, para visitar alguns dos projectos de cooperação e desenvolvimento (são 1220 no total) financiados pela União Europeia com o objectivo de acabar com as plantações de cocaína, substituindo-as por culturas de produtos agrícolas alternativos, como o café ou o cacau, que possam garantir um rendimento justo às populações. Neste sentido, o deputado sublinha a importância do projecto "Laboratório da Paz", que constitui "uma autêntica guarda avançada no combate à produção de droga na Colômbia. A delegação teve encontros ao mais alto nível com diversas individualidades, entre as quais se destaca o Presidente da República, Álvaro Uribe.

FORÇAS DE SEGURANÇA EM TIMOR PRECISAM DE REFORMA PROFUNDA

Rever em profundidade as estruturas de segurança em Timor-Leste, é uma das principais recomendações do relatório do International Crisis Group sobre a reforma do sector da segurança no território, que foi apresentado em Bruxelas pela deputada Ana Gomes, que promoveu o encontro.

Participaram no encontro Nick Grono, do International Crisis Group, Achim Tillesen, da Comissão Europeia, Isabel Valente, da Representação Permanente de Portugal em Bruxelas e o embaixador de Timor-Leste, José Amorim, que discutiram a crise aberta pelas tentativas de assassinato do Presidente Ramos Horta e do Primeiro-Ministro Xanana Gusmão.

O relatório do International Crisis Group põe a descoberto as enormes fragilidades no sector da segurança em Timor-Leste e faz um conjunto de recomendações dirigidas tanto às forças de segurança, como às instituições políticas timorenses e às Nações Unidas.

"Os problemas no sector de segurança são profundos", afirma o relatório. "Nem a administração das Nações Unidas nem os sucessivos governos timorenses fizeram o suficiente para construir um consenso nacional sobre as necessidades em



Ana Gomes apresentou o relatório da International Crisis Group sobre a segurança em Timor

termos de segurança nem sobre o tipo de forças adequadas para as realizar. Não existe nenhuma polícia de segurança nacional e verificam-se importantes falhas na legislação sobre segurança. A polícia está afectada por um baixo estatuto e por interferências de natureza política", afirma-se.

Por outro lado, o relatório defende que a comunidade internacional coordene melhor o seu apoio ao sector de segurança e crie as condições para que as reformas possam ser implementadas

pelos timorenses. Neste contexto, o International Crisis Group considera que é necessário haver uma clarificação da legislação sobre segurança e também "dos papéis da polícia e do exército, assegurando que a polícia tem sobretudo a responsabilidade da segurança interna e recebe o necessário pessoal, os meios e a formação e o apoio

político". "A harmonia reinante após a independência terminou em 2006. Nem os timorenses nem a comunidade internacional podem continuar a utilizar a desculpa da inexperiência ou o desconhecimento para explicarem as falhas. Com as forças internacionais a providenciarem uma rede de segurança temporária, é agora talvez a última oportunidade para o governo e os seus parceiros para implementarem uma reforma correcta no sector de segurança", afirma o relatório.

CAPOULAS PRESIDE COMITÉ AGRICULTURA E FLORESTAS

O deputado Capoulas Santos, coordenador do Grupo Socialista Europeu para a "health check" da PAC, vai agora presidir também ao "Comité Agricultura e Florestas", do Intergrupo "Desenvolvimento Sustentável" do Parlamento Europeu.

Este Intergrupo, presidido por um deputado britânico do PPE, foi fundado há 13 anos e junta eurodeputados de diversos grupos políticos e Estados-membros, cientistas, representantes da sociedade civil e organizações não-governamentais.

O comité tem como principais objectivos promover debates e a reflexão sobre temas como a energia, pescas, agricultura, florestas, turismo, ambiente, cooperação e desenvolvimento, entre outros temas.

Por outro lado, o deputado defendeu na Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu que a Comissão Europeia seja rigorosa mas, ao mesmo tempo, não deixe de ser pragmática em relação aos conteúdos provisórios da missão veterinária que se deslocou ao Brasil para analisar o sistema de controlo de bovinos destinados a exportação.

O deputado sublinhou que os relatórios da Direcção-Geral da Saúde e Consumidores sobre as inspecções a vários Estados-Membros também revelaram deficiências nos controlos da cadeia de produção e abate de bovinos, pelo que há que agir com ponderação e autoridade moral face ao importante parceiro comercial que é o Brasil.

O deputado, face à recente mobilização de lóbis de alguns sectores da produção europeia de carne de bovino, apelou ainda à Comissão Europeia para que faça todos os esforços para que não possa subsistir qualquer leitura de que a decisão de embargar a carne brasileira tenha qualquer outra motivação que não a estritamente sanitária.



Capoulas Santos vai presidir a um órgão de reflexão na área da agricultura

MOBILIZAR A SOCIEDADE CONTRA A OBESIDADE

Sensibilizar e informar os europeus, particularmente as famílias, e limitar a publicidade a alimentos ricos em gorduras e açúcar dirigida às crianças, são alguns dos objectivos do "Livro Branco sobre a estratégia europeia para os problemas de saúde ligados à nutrição, ao excesso de peso e à obesidade", para cujo parecer sobre o relatório do Parlamento Europeu da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade de Género foi nomeada relatora sombra a deputada Edite Estrela.

Segundo a deputada, a prevalência do excesso de peso e da obesidade na Europa apresenta "números alarmantes", sendo necessário haver uma acção urgente para contrariar aquela tendência com efeitos tão nefastos para a saúde, particularmente das crianças. Com efeito, a obesidade tornou-se uma das principais causas de morte e está associada ao desenvolvimento de doenças crónicas como a diabetes, hipertensão, perturbações cardiovasculares, enfarte, problemas ósseos e articulares, doenças respiratórias e cancro. Tendo estas preocupações como pano de fundo, Edite Estrela apresentou várias emendas ao parecer, alertando para o papel fundamental da mulher na educação nutricional da família e para o contributo decisivo que pode ter no combate à obesidade.

A deputada exorta também os Estados-membros a promoverem uma maior acessibilidade de toda a população, sobretudo dos mais desfavorecidos, a uma alimentação saudável, através, designadamente, da redução dos preços dos frutos e legumes. A deputada destaca também o papel fundamental que a escola e os encarregados de educação podem desempenhar na educação alimentar das crianças.



Edite Estrela vai elaborar um parecer sobre a obesidade na Europa